

UFPE - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE
MESTRADO EM DIREITO PÚBLICO E PRIVADO

**MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS APLICÁVEIS AO ADOLESCENTE INFRATOR
E SUAS GARANTIAS FUNDAMENTAIS À LUZ DO ESTATUTO DA CRIANÇA E
DO ADOLESCENTE**

Orientador Professor Dr. George Browne Rêgo

Sandra Simone Valladão Targino

Recife
2003

Sandra Simone Valladão Targino

MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS APLICÁVEIS AO ADOLESCENTE INFRATOR
E SUAS GARANTIAS FUNDAMENTAIS À LUZ DO ESTATUTO DA CRIANÇA E
DO ADOLESCENTE

Recife – PE, maio de 2003

UFPE - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE
MESTRADO EM DIREITO PÚBLICO E PRIVADO

MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS APLICÁVEIS AO ADOLESCENTE INFRATOR
E SUAS GARANTIAS FUNDAMENTAIS À LUZ DO ESTATUTO DA CRIANÇA E
DO ADOLESCENTE

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Direito Público e Privado da
Universidade Federal de Pernambuco em cumprimento às exigências para obtenção do
grau de mestre em Direito.

MESTRANDA: Sandra Simone Valladão Targino

ORIENTADOR: Professor Dr. George Browne Rêgo

Recife-PE, maio de 2003

UFPE - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE
MESTRADO EM DIREITO PÚBLICO E PRIVADO

**Medidas Sócio-Educativas Aplicáveis ao Adolescente Infrator e suas Garantias
Fundamentais à Luz do Estatuto da Criança e do Adolescente**

Sandra Simone Valladão Targino

Banca examinadora

Professor: _____

Professor: _____

Professor: _____

Ao meu marido, Vinícius, pelo amor e
confiança.

Aos meus pais, Socorro e Valladão,
pelo apoio e compreensão.

Ao meu primeiro rebento, Lucas
Ricardo, esperado e amado.

AGRADECIMENTOS

A Deus, a Quem recorri buscando força para perseverar neste trabalho;

Ao Prof. Dr. George Browne Rêgo, pela valiosa orientação, ensinamentos ministrados e, sobretudo, pelo exemplo e estímulo às minhas atividades profissionais;

Aos meus tios, especialmente Josberto, Maria Luiza e Luzia, pela dedicação e disponibilidade;

Aos meus irmãos, pela paciência e compreensão;

Aos meus sobrinhos, pelo amor e alegria desprendidos nos momentos de dor e dificuldades;

Aos meus primos pela credibilidade;

À amiga, Prof. Dra. Marinalva Freire da Silva, pela disponibilidade e consideração;

À amiga, Elvira Daniel Resende, pela força e atenção;

Àqueles que acreditam que as garantias fundamentais devam ser asseguradas a todos igualmente;

E aos demais que, de alguma forma, contribuíram na elaboração deste trabalho.

RESUMO

A prática do ato infracional e o descaminho para a delinqüência já na menoridade são atualmente objeto da preocupação não apenas de pais, educadores e religiosos, mas também de juristas, chamados a repensarem a eficácia das medidas educativas destinadas ao adolescente infrator. Para enfrentar o desajustamento social do ser humano, antiqüíssimo problema que permanece sem solução na filosofia, torna-se imprescindível enriquecer o saber jurídico através da perspectiva multidisciplinar, ganhando relevância as contribuições da Psicologia e da Sociologia. Destaca-se, em especial, as noções freudianas, que permitem conceber a delinqüência como doença e a transgressão como um pedido de ajuda do adolescente, fazendo do ato infracional uma peça no “quebra-cabeças” que corresponde ao processo de formação da sua personalidade. Não obstante, muitos outros aspectos podem levar os adolescentes à prática do ato infracional, devendo-se reconhecer que as novas democracias revelam-se profundamente marcadas por um desequilíbrio social que favorecem a da ação delitiva, uma das poucas “estratégias” ao alcance de uma vasta gama de adolescentes. Os dados levantados neste estudo, referem-se às diferenças estaduais e regionais, não apenas no que concerne refere à ocorrência de infrações, mas, principalmente, no tocante às medidas sócio-educativas aplicadas. O que se pretende, em última análise, é fornecer subsídios para uma otimização da atual realidade configurada no Brasil a partir do seu sistema jurídico-menorista, mediante uma investigação mais aprofundada da condição psicossocial própria do adolescente e da realidade social brasileira.

ABSTRACT

The practice of infringements and the road to delinquency crime in young age are, in present days, object of preoccupation not only to parents, teachers and priests, but jurists too, because they are invoked to think effectiveness of educational procedures with focus in a delinquent adolescent. With the goal to face up the loss of social balance of human beings, historical problem that stay without solution in philosophy, making indispensable to increase the juridical knowledge with a interdisciplinary perspective, when takes relevance psychological and sociological contributions. We can put in special evidence some Freud's notions, that permit understand delinquency like as a form of illness and infringement like a asking for help from adolescent, what means to understand infringement as one part of a big puzzle that is the personality building process. There are many others aspects conducting adolescents to infringement practice, and we must assume that new democracies are deeply marked by social unbalance that transform infringement in one of a few "strategies" that can use a big group of adolescents. The specific information showed in this study is concerning to regional and states differences, not only about practice of infringements, but specially concerning to social-educational procedures in use. The goal is to offer one contribution to make the present brazilian reality better, starting from one analyses of his juridical system and passing to one deep investigation about psycho-sociological condition of adolescent in a brazilian social reality.

ÍNDICE

Resumo	VI
Abstract	VII
Introdução	13

CAPÍTULO PRIMEIRO

O INFRATOR ADOLESCENTE À LUZ DAS VICISSITUDES DA CONDIÇÃO HUMANA

1.1 Concepções filosóficas de homem	15
1.1.1 O homem e a razão	16
1.1.2 O homem e o social	18
1.2 O homem na ciência psicológica	21
1.2.1 Comportamentalismo	23
1.2.2 Subjetivismo	25
1.2.2.1 Cognitivismo	25
1.2.2.2 Psicanálise	27
1.3 Transgressão e adolescência na ótica da teoria psicanalítica	29
1.3.1 A teoria psicanalítica e suas interpretações mais recentes	30
1.3.2 Contribuições de Winnicott para a análise do adolescente infrator	33
1.3.2.1 Intervenção externa amorosa e firme	33
1.3.2.2 Processo de Identificação	36
1.3.2.3 Deslocamento e Sublimação	38
1.4 O princípio da responsabilidade	39

CAPÍTULO SEGUNDO

EVOLUÇÃO DO SISTEMA JURÍDICO-MENORISTA

2.1 Notas históricas	44
2.2 Da Legislação Internacional	47
2.2.1 Declaração Universal de Direitos da criança	48

2.2.2	Regras mínimas das Nações Unidas para a administração da Justiça da infância e da juventude	49
2.2.3	Diretrizes das Nações Unidas para a prevenção da delinquência juvenil	51
2.2.4	Regras das Nações Unidas para proteção dos jovens privados de liberdade	53
2.2.5	Convenção sobre os Direitos da Criança	54
2.2.5.1	O direito à vida, ao desenvolvimento e a identidade	54
2.2.5.2	O direito à família	56
2.2.5.3	O direito à educação	56
2.2.5.4	O direito à defesa	57
2.2.6	Declaração Mundial sobre a sobrevivência, proteção e o desenvolvimento da criança	57
2.3	Da evolução da legislação menorista no Brasil	60
2.3.1	O Primeiro Código de menores e as instituições menoristas	62
2.3.2	O Segundo Código de menores e o surgimento da doutrina de proteção integral	67

CAPÍTULO TERCEIRO

DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

3.1	Avanços do Estatuto da Criança e do Adolescente	73
3.2	Diferenciação entre a criança e o adolescente frente ao Estatuto	76
3.3	Adolescente infrator na perspectiva do ECA	79
3.4	Medidas sócio-educativas e suas garantias fundamentais	79
3.4.1	Advertência	81
3.4.2	Obrigação de Reparar o dano	82
3.4.3	Prestação de serviço à comunidade	84
3.4.4	Liberdade Assistida	86
3.4.5	Inserção em regime de semiliberdade	89
3.4.6	Internação em estabelecimento educacional	91

CAPÍTULO QUARTO

REALIDADE DO SISTEMA JURÍDICO-MENORISTA BRASILEIRO

4.1	A realidade brasileira segundo o departamento da criança e do adolescente	96
-----	---	----

	11
4.1.1 Ocorrência de infrações nos estados brasileiros	97
4.1.2 Medidas sócio-educativas disponibilizadas ns estados brasileiros em1997	101
4.1.3 Operacionalização das Medidas sócio-educativas nas Regiões brasileiras em 1997	103
4.1.4 Medidas sócio-educativas aplicadas no Brasil em 2000	106
4.2 A equipe interprofissional	110
4.2.1 Algumas das principais atribuições da equipe interprofissional	113
4.2.2 Humanização do atendimento ao adolescente	115
4.2.3 O papel da equipe interprofissional	116
Considerações Finais	119
Bibliografia	122